

Direito do Consumidor, Da Concorrência e Civil

205

A DEFESA ADMINISTRATIVA DO CONSUMIDOR DE PLANOS DE SAÚDE NO PROCON/RS. *Adriana Pisa. Daniela S. F. de Barcellos.* (Departamento de Direito Privado, Curso de Direito, Unidade Canoas, Faculdade de Direito do Instituto Ritter dos Reis)

A saúde é um direito de todos e dever do Estado. A insuficiência do poder público neste âmbito gerou ampliação na procura por planos privados de assistência à saúde, computando 39 milhões de conveniados, segundo dados do IBGE. Quando prestada mediante remuneração, a assistência à saúde enquadra-se como serviço nos termos do Código de Defesa do Consumidor, recebendo também especial regulação pela Lei 9.656/98. A partir dessa problemática, objetivamos a análise dos planos privados de assistência à saúde, sob a perspectiva dos seus usuários. A fim de ampliar a ótica tradicional dos estudos nesta área, que se restringem à proteção judicial do consumidor, analisaremos a defesa administrativa, a partir dos processos abertos no Procon Estadual do Rio Grande do Sul, desde sua implantação em 1999. São objetivos específicos do presente trabalho, em primeiro lugar, identificar a legislação aplicável, tendo em vista sua atualidade e instabilidade. Além disso, levantaremos os principais problemas enfrentados neste âmbito, comparando-os com pesquisas análogas na esfera judicial. Por fim, partindo da experiência vivida no Núcleo de Direito do Consumidor da Ritter dos Reis através do convênio com o Procon/RS, sistematizaremos quantitativa e qualitativamente os julgados administrativos. (FAIR)